

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

---

**ATO PGJ N. 004/2023**

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

**CONSIDERANDO** as disposições contidas na Lei Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade,

**RESOLVE:**

Art. 1º APROVAR, na forma do Anexo deste Ato, o demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º DISPONIBILIZAR o referido Relatório, para amplo acesso ao público, no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Tocantins (DOE), Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins (Domp/TO) e no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do *link*: <https://mpto.mp.br/transparencia/webdocs>.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, em Palmas, 25 de janeiro de 2023.

**LUCIANO CESAR CASAROTI**  
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO DE 2022 A DEZEMBRO DE 2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
	LIQUIDADAS													
	Janeiro/2022	Fevereiro/2022	março/2022	Abril/2022	Mai/2022	Junho/2022	Julho/2022	Agosto/2022	Setembro/2022	Outubro/2022	Novembro/2022	Dezembro/2022		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.269.266,69	14.389.015,46	13.792.663,87	19.756.633,68	15.770.065,43	17.529.895,86	15.418.586,36	15.595.923,34	14.046.272,67	14.405.519,78	19.135.171,76	19.156.437,24	194.265.452,14	
Pessoal Ativo	13.089.562,99	12.235.600,43	11.649.479,12	17.343.561,28	13.515.579,10	15.174.110,12	12.893.831,59	13.150.597,98	11.665.635,71	11.980.408,97	16.758.354,88	15.517.474,48	164.974.196,65	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.420.292,67	10.483.270,51	9.936.054,49	15.605.916,49	11.786.357,82	13.315.178,15	11.088.546,31	11.343.968,89	9.857.702,73	10.179.285,54	14.936.437,29	11.789.096,71	141.742.107,60	
Obrigações Patronais	1.669.270,32	1.752.329,92	1.713.424,63	1.737.644,79	1.729.221,28	1.858.931,97	1.805.285,28	1.806.629,09	1.807.932,98	1.801.123,43	1.821.917,59	3.728.377,77	23.232.089,05	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.179.703,70	2.153.415,03	2.143.184,75	2.413.072,40	2.254.486,33	2.355.785,74	2.524.754,77	2.445.325,36	2.380.636,96	2.425.110,81	2.376.816,88	3.638.962,76	29.291.255,49	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.847.908,12	1.824.737,32	1.810.458,81	1.907.179,01	1.898.717,19	1.998.963,57	2.067.370,69	2.063.174,48	1.968.240,96	2.036.712,06	1.989.201,12	3.017.324,59	24.429.987,92	
Pensões	331.795,58	328.677,71	332.725,94	505.893,39	355.769,14	356.822,17	457.384,08	382.150,88	412.396,00	388.398,75	387.615,76	621.638,17	4.861.267,57	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.739.862,95	2.298.668,51	2.186.246,49	7.853.901,55	2.377.212,32	4.496.554,21	3.523.437,12	3.591.617,86	2.413.024,55	2.494.902,22	2.378.002,85	5.039.445,09	42.392.875,72	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.547.093,84	26.688,10	18.682,85	5.413.131,83	121.121,21	2.103.258,33	968.854,08	1.146.292,50	32.387,59	49.419,71	1.185,97	780.374,16	12.208.490,17	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	13.065,41	118.565,38	24.378,89	27.697,32	1.604,78	37.510,14	29.828,27	0,00	0,00	20.371,70	0,00	620.108,17	893.130,06	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.179.703,70	2.153.415,03	2.143.184,75	2.413.072,40	2.254.486,33	2.355.785,74	2.524.754,77	2.445.325,36	2.380.636,96	2.425.110,81	2.376.816,88	3.638.962,76	29.291.255,49	
<b>DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>11.529.403,74</b>	<b>12.090.346,95</b>	<b>11.606.417,38</b>	<b>11.902.732,13</b>	<b>13.392.853,11</b>	<b>13.033.341,65</b>	<b>11.895.149,24</b>	<b>12.004.305,48</b>	<b>11.633.248,12</b>	<b>11.910.617,56</b>	<b>16.757.168,91</b>	<b>14.116.992,15</b>	<b>151.872.576,42</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>												<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)												12.105.998.306,71	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)												1.530.447,26	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)												0,00	-	
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)</b>												<b>12.104.467.859,45</b>	<b>-</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>												<b>151.872.576,42</b>	<b>1,25%</b>	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)												242.089.357,19	2,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												229.984.889,33	1,90%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)												217.880.421,47	1,80%	

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 16/02/2023

**Nota 1:** Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

**Nota 2:** As contribuições patronais referentes ao plano de saúde – **PLANSAÚDE** perfizeram um valor de **R\$ 785.516,25 (setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos)** e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidos pelo art. 18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

LUCIANO CESAR CASAROTI  
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
Chefe do Departamento Financeiro

EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES  
Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
Contador CRC- TO 0002749/0-0

**Tabela 5.2 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Outros Poderes e Órgãos**

ESTADO DO TOCANTINS  
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO DE 2022 A DEZEMBRO DE 2022

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f - g)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>37.742.130,18</b>	-	<b>173.492,46</b>	<b>1.557.846,83</b>	-	<b>36.010.790,89</b>	<b>22.219.124,14</b>	-	<b>13.791.666,75</b>
500 - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	37.742.130,18	-	173.492,46	1.557.846,83	-	36.010.790,89	22.219.124,14	-	13.791.666,75
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>759.113,09</b>	-	<b>42.531,00</b>	-	-	<b>716.582,09</b>	<b>31.403,16</b>	-	<b>685.178,93</b>
755 - RECURSOS DE ALIENACAO DE BENS/ATIVOS	2.692,94	-	-	-	-	2.692,94	-	-	2.692,94
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	756.420,15	-	42.531,00	-	-	713.889,15	31.403,16	-	682.485,99
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>38.501.243,27</b>	-	<b>216.023,46</b>	<b>1.557.846,83</b>	-	<b>36.727.372,98</b>	<b>22.250.527,30</b>	-	<b>14.476.845,68</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 23/01/2023

NOTA:

LUCIANO CESAR CASAROTTI  
 Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
 Chefe do Departamento Financeiro

EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES  
 Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
 Contador CRC- TO 0002749/0-0

## Tabela 6.2 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - OUTROS PODERES E ÓRGÃOS

ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2022 A DEZEMBRO DE 2022

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE</b>
Receita Corrente líquida	12.104.467.859,45

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	151.872.576,42	1,25%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	242.089.357,19	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	229.984.889,33	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	217.880.421,47	1,80%

<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APOS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total	22.250.527,30	14.476.845,68

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 23/01/2023

LUCIANO CESAR CASAROTI  
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
Chefe do Departamento Financeiro

EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES  
Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
Contador CRC- TO 0002749/0-0